

A EDUCAÇÃO CIDADÃ E A UTOPIA

Márcia Angelita Dalla Lana Moreira¹

N uma época marcada pela exclusão social, por dificuldades cada vez mais gritantes nas condições de vida da população, uma educação voltada para a cidadania precisa trabalhar com a possibilidade da inclusão e, nesse sentido, necessita desenvolver a emancipação e a autonomia nos sujeitos construtores da história a partir da convicção de que um projeto alternativo de sociedade é viável. Portanto, educação cidadã alinha-se aos interesses dos grupos sociais injustiçados, vítimas de uma ideologização das relações sociais pela qual a capacidade de estar no mundo e de nele intervir lhes é retirada, sendo substituída por uma visão dominante aistórica de homem e de mundo. Nesse contexto, cabe

salientar que é tarefa própria da educação cidadã possibilitar, pela ciência, uma inteligibilidade histórico-dialética do real e uma crítica permanente geradora de práticas concretas objetivando a transformação da realidade.

Quando a discussão se estabelece em torno da cidadania, é preciso lembrar as controvérsias políticas práticas e teóricas de conceitos existentes. Segundo Silva, quando se trata de definição de conceito: “cidadania pode ser definida como o estatuto oriundo do relacionamento existente entre uma pessoa natural e uma sociedade política, conhecida como Estado, pelo qual a pessoa deve a este obediência e a sociedade lhe deve proteção” (1986, p. 177).

¹ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação da Faed/UPF.

Essa idéia é erigida sob a concepção liberal, na qual a noção de cidadania refere-se às expectativas, à normatividade que rege as relações entre indivíduo e Estado. Ainda para Silva, a sociologia e a ciência política conferem ao termo *cidadania* um sentido um pouco mais amplo, no qual o cidadão tem o direito de ser consultado sobre a direção da sociedade política e o dever de contribuir para essa participação. Essa visão mais crítica remete-nos à democracia e cidadania dos gregos, visto que, na Ágora (praça pública), cidadão era o que falava, o que exercia seu poder político, poder da palavra, na possibilidade de expressar o seu projeto para melhorar a vida na *polis*.

Hoje, porém, presenciamos a omissão do Estado em promover, como política pública de direitos, o bem-estar do cidadão e, por outro lado, assistimos à deserção do homem de sua condição social, subjugado por um individualismo que encontra sua razão na lógica da competição e do confronto. Para Schugurensky,

atualmente sobre os influxos hegemônicos do neoliberalismo e do neoconservadorismo, o conceito de cidadão compete com o conceito de consumidor ou cliente, o discurso centrado em direitos inalienáveis tem sido progressivamente substituído por um discurso centrado em obrigações e tarifas oficiais, e as políticas de subsídios que equilibravam iniquidades sociais e regionais (com o objetivo de que nenhum cidadão de uma nação esteja abaixo de um padrão mínimo) foram substituídos por políticas de privatização e descentralização (1999, p. 189).

No século XX, é possível reconhecer um extraordinário avanço principalmente na ciência e na tecnologia. Paradoxalmente a tamanhas conquistas preconizadas pelo pensamento lógico e cartesiano, gerador de uma racionalidade instrumental, convivemos com uma situação caótica na área social. Nesse contexto, surge ainda mais premente a necessidade de a educação elucidar caminhos para a emergência de instrumentos de emancipação, com as quais a participação do sujeito histórico na construção do social possa ser garantida.

A crise distributiva talvez seja o mais vergonhoso descalabro de nosso tempo. O advento da economia global, longe de beneficiar a todos, privilegiou uma pequena elite. Segundo Schugurensky, “em que pesem as promessas do modelo neoliberal de que o efeito cumulativo eventualmente redundaria em benefício para todos, o crescimento sustentado da economia global das últimas décadas beneficiou principalmente a uma pequena elite” (1999, p.180).

A marca de nosso tempo parece ser a contradição; encontramos-nos em um momento de grande desenvolvimento intelectual e científico e, também, convivemos com a possibilidade de destruição do planeta por uma séria deterioração ecológica, bem como presenciamos um absoluto descaso para com o sofrimento de uma população terrivelmente empobrecida. Santos adverte-nos sobre a emergência de um novo saber e diz que é necessário que façamos

... uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho de outras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma

aventura encantada. A caracterização da crise do paradigma dominante traz consigo o perfil do paradigma emergente (1995, p. 35).

O mundo transformou-se tanto nas últimas décadas e de forma tão acelerada que parece ter-nos restado a perplexidade imobilizante diante das façanhas tecnológicas e do domínio do pragmatismo. Porém, não podemos nos deixar seduzir por esse *paraíso* virtual que mais mascara do que preconiza o advento de uma nova ordem nas relações sociais.

Os elementos que a razão iluminista nos propiciou mostraram-se demasiadamente fragmentados para compreender a complexidade do homem no mundo, com todas as inter-relações que se estabelecem para configurar o existir humano. As promessas que se levantaram em torno do paradigma científico da modernidade foram demasiadamente grandes, se comparadas ao que efetivamente realizou, ou seja, sobreram bilhões de excluídos. Capitulando na história, o esplendor do pensamento lógico analítico também produziu a barbárie irracional no campo social. Segundo Souza, “a miséria no mundo aumentou, a economia transformou-se num código de brancos e numa fábrica de exclusão racionalizada. A modernidade produziu um mundo menor do que a humanidade” (1993, p. 16).

Diante desse panorama, às portas do século XXI, quais são os desafios que se impõem a nós educadores? Por que razões vale a pena lutar?

O homem só se faz homem na descoberta de si mesmo e do outro como construção recíproca. Portanto, mergulhar no individualismo preconizado pelo neoliberalismo

é morrer para a vida. Deixar-se dominar pela idéia equivocada de que as utopias foram definitivamente soterradas pelas incongruências do socialismo real e pelas falácias da ideologia hegemônica é fazer-se aistórico, submetido ao dogmatismo social de sociedade predeterminada; é opor-se à liberdade, condição essencial à humanização. É nesse sentido que se faz necessária a imaginação utópica. Para Coelho: “a imaginação necessária à execução daquilo que deve vir a existir... tem de ser uma imaginação exigente, capaz de prolongar o real existente na direção do futuro, das possibilidades, capaz de anteciper este futuro, enquanto projeção de um presente a partir daquilo que neste existe e é passível de ser transformado” (1984, p.8).

A educação não se faz sem a perspectiva de transformação do homem e da sociedade; o que move o ser humano a conhecer é justamente a possibilidade de fazer-se histórico intervindo no real. Portanto, refazer coletivamente a problematização do futuro pela reflexão utópica é tarefa primordial da educação. Onde não há sonho, não há horizonte, não há caminhos, e o caminho se faz na existencialização da mudança, numa práxis enriquecida pelo conhecimento crítico e pela construção de instrumentos de emancipação humana, na qual o processo de ensino-aprendizagem tem um papel fundamental.

Educação e cidadania, nesse contexto, são inseparáveis. Segundo Fiori (1992), para reconstruir seu mundo, o homem tem de excedê-lo ao refazê-lo e refazer-se nele. Consciência crítica, portanto, é consciência histórica de quem percebe seu lugar no mundo. E cidadania é descobrir-se construtor de si mesmo e da realidade, numa

dialeticidade promotora da liberdade e da realização humana.

A educação pode estar profundamente ligada à vida e a uma postura crítica frente a ela; é um aprendizado constante no qual o homem se faz mediante conscientização. É nesse sentido que devemos questionar a educação que se estabelece sobre a égide de um saber instrumental, que prepara para o mercado competitivo. Para a disputa de cada espaço deste mundo globalizado. Essa crítica se faz urgente, para Boff, “hoje a planetização se realiza em sua idade de ferro, sob o mercado competitivo e não cooperativo. Por isso faz tantas vítimas” (1998, p. 22). Antes de se curvar às imposições do real, a escola pode ser o local privilegiado da reflexão crítica da realidade, na qual o pensamento não pode ser subjugado.

Educação e cidadania processam-se juntas na medida em que a ciência é uma conquista social e para a sociedade como um todo deve estar voltada. Por isso, há necessidade de o ato pedagógico ser crítico e esperançoso, possibilitando o desvelamento do obscurantismo ideológico que nos imobiliza, buscando numa prática política a superação do contingente histórico. Para Freire, seria o *inédito viável*, resgatando a possibilidade de construir algo diferente. A elaboração dessa perspectiva e a realização prática de seus princípios fundamentais já são participação na viabilização da cidadania.

O saber não pode ser mercantilizado, e a realidade posta não pode ser o horizonte. Como educadores em constante processo de conscientização, devemos reagir à apropriação indevida do discurso progressista pelos conservadores e reacionários,

que insistem em *mudanças* via mundo tecnologicado e *desenvolvimento social* balizado pela evolução do modelo neoliberal como única alternativa; tornam, dessa forma, o socialismo palavra morta, justamente para retirar seu conteúdo e força impulsionadora. Como profissionais críticos da educação, temos de romper com a resignação a esse discurso fatalista e aistórico. Conhecimento e verdade devem estar atrelados à busca de uma sociedade justa ou não têm razão de ser. Reificados e objetificados pelas contingências do real, encontramos-nos desprovidos da autonomia, da emancipação e da liberdade. Precisamos nos arremessar na aventura de *ser e ser no mundo*, sob pena de perdermos a cidadania fora dessa busca.

A educação cidadã necessita estar ligada aos interesses dos grupos e à história dos processos sociais dos supostamente vencidos, não dicotomizados como *excluídos beneficiários*, mas dentro da história e a partir da experiência vivida; promover instrumentos de emancipação mediante ato educativo dialógico e ético, no qual o conhecimento não seja meramente transmitido bancariamente, e, sim processo de construção. Com isso, os sujeitos corporificados poderão perceber-se capazes de significar e ressignificar a si mesmos e ao mundo num ato de permanente participação e transformação. Para Fiori, “a educação é esforço permanente do homem por constituir-se e re-constituir-se, buscando a forma histórica na qual possa re-encontrar-se consigo mesmo, em plenitude de vida humana, que é, substancialmente, comunidade social” (1992, p. 83).

É tarefa do educador credibilizar a história como tempo de possibilidade; o fu-

turo não é inexorável e pode ser problematizado para além do socialismo real, que gerou um inconformismo verbal e um conformismo prático e para além do neoliberalismo desumano, que estreitou o horizonte do futuro. Nesse panorama, as energias utópicas, longe de terem se esgotado, mais do que nunca são primordiais no pensamento histórico, justamente porque nesta virada de século os interesses da vida em geral clamam pela busca de outros caminhos, que apontem para o futuro como possibilidade.

Portanto, tematizar a realidade sob a perspectiva utópica de novos horizontes, nos quais a história se inscreva como politicamente eficaz, é condição para uma educação voltada à cidadania e à emancipação humana, que nos permita ver as dificuldades dessa época como grandes desafios a serem superados. Segundo Moraes, tais problemas “nos desafiam a imaginar um outro modo de vida, em que possamos construir interseções entre a experiência de progredir e a necessidade de franqueá-la concretamente às grandes maiorias, a caminho da mundialização da cidadania” (1997, p. 9).

Para concluir, é urgente a necessidade de retomar a atualidade do tema utopia para gerar a força mobilizadora de vontades e fazer frente ao sofrimento ao qual está submetida grande parte da humanidade; já não é mais possível permanecermos resignados na violência da calma, paralisados pela crença no suposto naufrágio das utopias. Segundo Souza, “ser de esquerda é ter pressa de chegar ao futuro... e mudar o futuro depende de mudar a maneira como se pensa o presente. O futuro começa hoje, na rejeição ao que é tido como inevitável” (1993, p. 18).

É certo que a educação, sozinha, não resolverá os graves problemas sociais da humanidade, porém também é claro que não há educação sem a perspectiva de transformação da realidade; nesse sentido, o ato educativo precisa situar-se no universo onde os problemas reais se estabelecem e possibilitar a ação de homens conscientes, críticos e socialmente situados. Para tanto, educação voltada para a cidadania não pode desvincular-se de um projeto alternativo de relações sociais, pois, enquanto persistirem tamanhas desigualdades nas condições de vida das pessoas, a história continuará solicitando a presença do sonho e da utopia.

O desafio que temos como educadores nessa complexidade contextual é poder refazer coletivamente perspectivas utópicas, pois, segundo Aranha, “um homem só é cidadão quando se torna pertencente à cidade, integrado nela e participante das decisões que definem seus rumos” (1997, p. 35). Apontar para o futuro como tempo de possibilidade é condição essencial para uma prática educativa emancipadora.

Delors (1998) salienta a necessidade de caminharmos para uma sociedade educativa, onde a educação em processo de construção contínua da pessoa humana possa levar cada um a tomar consciência de si próprio e do meio ambiente que o rodeia e a desempenhar o papel social que lhe cabe como cidadão. Nesse propósito, para o autor, o século XXI exigirá de todos nós grande capacidade de autonomia, discernimento e responsabilidade na realização de um destino coletivo.

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. (Org.) *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997.
- BOFF, Leonardo. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COELHO, Teixeira. *O que é utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DELORES, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1998.
- FIORI, Ernani Maria. *Educação e política*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MORAES, Dênis de (Org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto Alegre: Afloramento, 1995.
- SCHUGURENSKY, Daniel. *Século XXI: qual o conhecimento? Qual o currículo?* Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, Benedito (Org.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- SOUZA, Herbert de. *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*. São Paulo: Abril, 1993.